



MUNICÍPIO DE CASTELO DE PAIVA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO DE PAIVA

ATA N. 20, DE 27.02.2017

No dia 27 de Fevereiro de 2017, pelas 14h 10m, nos Paços do Município, reuniu, em sessão ordinária, a Assembleia Municipal (AM) de Castelo de Paiva, com a seguinte ordem de trabalhos:

1. Intervenção do público.
2. Ata da reunião de 04.11.2016.
3. Assuntos gerais de interesse autárquico (período de antes da ordem do dia).
4. Informação escrita da atividade da CM e da situação financeira do Município.
5. Relatório de Execução Orçamental. Apreciação e deliberação.
6. Relatório Semestral Junho de 2016. Apreciação e deliberação.
7. Lei dos Compromissos e pagamentos em Atraso – Listagem de Compromissos Plurianuais 2º. e 3º. Trimestre 2016. Apreciação
8. Relatório de Avaliação da CPCJ de Castelo de Paiva relativo ao ano de 2016. Apreciação.
9. Alteração ao PDM de Castelo de Paiva
10. Ampliação do Cemitério de Real – Declaração de Interesse Público Municipal de parcela de RAN.
11. Alteração ao Regulamento do Mercado Municipal Alfredo Augusto Ribeiro. Apreciação e deliberação.
12. - Alteração ao Regulamento de Bolsas de Estudo a Estudantes do Ensino Superior;
13. Regime Extraordinário de Regularização das Atividades Económicas – D.L. nº. 165/2014 de 5/11 e Lei nº. 21/2016 de 19/07. Apreciação e deliberação.
14. Alteração do anexo 1 do contrato tipo de concessão de distribuição de eletricidade em baixa tensão.
15. Documentos Previsionais para o ano de 2017 da Comunidade Intermunicipal do Tâmega e Sousa e da Associação de Municípios do Vale do Sousa. Apreciação
16. Serviço Público de Transportes de Passageiros – Minuta de Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências na CIM Tâmega e Sousa. Apreciação.

17. Designação de quatro representantes para a CPCJ de Castelo de Paiva para o mandato de 2017-2020.
18. Alteração ao Regulamento de Concessão de Regalias Sociais aos Bombeiros Voluntários do Concelho de Castelo de Paiva.
19. Intervenção do Público.

Participaram os membros: António Gouveia Coelho, Carla Margarida Nunes de Freitas Vinagre, José Vieira Gonçalves, Manuel António da Rocha Pereira, Giselda Martins Sousa Neves, José António da Costa Moreira da Rocha, Maria de Fátima Reis Laranja Strecht Ribeiro, Fernando Rodrigues Alves, José Correia Teixeira Martins, António da Silva Pinto, Ângelo Soares Fernandes, Maria Celeste José dos Santos, Maria Alcina Gonçalves Correia, José Duarte Sousa Rocha; Almiro Miguel Santos Rodrigues Moreira, Liliana Catarina Martins Vieira, Tiago José Moreira da Rocha, Ricardo da Costa Moreira, Maria Manuela de Sousa Moreira, José António Santos Vilela, António Filipe Moura Fernandes, Joaquim Luís Vieira Martins Vítor Manuel Quintas Pinho, e Maria Deolinda Martins Sousa em substituição do Presidente da Junta de Freguesia de S. Martinho.

Da Câmara Municipal (CM) participaram: o Presidente, Gonçalo Rocha e os Vereadores, José Manuel Moreira Carvalho, António Rodrigues, e Manuel Joaquim Correia Almeida Junot da Silva.

Presidiu Carla Margarida Nunes de Freitas Vinagre, em substituição do Presidente António Gouveia Coelho, assessorada por José Vieira Gonçalves e António da Silva Pinto, como 1.^a e 2.^o. Secretários, respetivamente.

Pediram a suspensão de mandato os Membros:

a) José Manuel Lopes de Almeida; b) Marta do Rosário Martins Moreira Teixeira; c) Ricardo Jorge Martins Alves; d) Cátia Cristina Gomes Rodrigues; e) Abel Duarte Barbosa, f) Manuel da Costa Moreira da Rocha; g) António Pedro Maldonado Martins Carvalho; h) Joselina Maria Barbosa Fernandes Casaca.

A AM nada opôs às requeridas suspensões, aceitando que em vez daqueles, participassem na reunião os respetivos substitutos, ou seja: a) Almiro Miguel Santos Rodrigues Moreira; b) Liliana Catarina Martins Vieira; c) Tiago José Moreira da Rocha; d) Maria Celeste José dos Santos; e) José Correia Teixeira Martins. Foi justificada a falta da Joselina Maria Barbosa Fernandes Casaca.

A Presidente da AM declarou aberta a sessão às 14.10h.

A Presidente deu a conhecer as Atividades do Presidente da AM:

Em Novembro esteve presente na visita à Casa da Juventude em Amarante, na Festa de Encerramento da Banda Marcial de Bairros e Despedida do Maestro



MUNICÍPIO DE CASTELO DE PAIVA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Sérgio Carvalho. Em Dezembro esteve presente na Exposição de Arte Sacra, no Lançamento de Casa de Payva, no Jantar de Natal no Rancho Folclórico de N^a. Sr^a. Amoras, em Oliveira do Arda, no Jantar de Natal na AC de Sabariz, no Almoço dos Funcionários da CM e no Jantar de Natal do Sporting Clube Paivense. Em Janeiro esteve presente no XIX Encontro de Cantares das Janeiras na tenda gigante junto à Igreja, no Cantares das Janeiras em S. Martinho, na Sede da Junta, e na Apresentação do Livro de Fernando Perpétua "Francisco Sá Carneiro - um católico na política" no Centro de Interpretação da Cultura Local. Em Fevereiro esteve presente na Apresentação do Programa de Valorização das áreas empresariais, que teve lugar no Entroncamento, na Peça de Teatro "Gente Animosa com duas gatas e outros mamíferos" receita a favor da APPACDM de Castelo de Paiva e na Gala Comemorativa do 32^o. Aniversário do Politécnico do Porto na Casa da Música. Na Comissão Municipal da Saúde a AM esteve representada pela 1^a. Secretária da Mesa.

1. INTERVENÇÃO DO PÚBLICO.

Manuel Rocha Vieira, residente em S. Martinho de Sardoura, referiu que ia intervir na qualidade de Presidente do Grupo Desportivo e Cultural de Castelo de Paiva. Em 2007 recebeu a medalha de mérito do associativismo de Aveiro, em 2014a de honra e fazia parte do Conselho Consultivo da Associação de Atletismo de Aveiro. Quanto ao Grupo Desportivo e Cultural de Castelo de Paiva, comemorou o 30^o. Aniversário e também era o 30^o. Aniversário dos Jogos Desportivos de Castelo de Paiva. Mas apesar destas datas, tinha de abordar questões logísticas e de espaço. Alertava os representantes do povo para refletirem com ele. Em 1992 foi firmado um acordo de cooperação com a Empresa Clark's para porem em funcionamento o circuito de manutenção. Aquele circuito foi inaugurado, funcionou abertamente até há pouco tempo. Há pouco tempo foram confrontados com um portão que impedia o acesso àquele espaço. Em contrapartida convidava todos a visitarem um espaço grandioso, o verdadeiro parque urbano de Castelo de Paiva que ficava no Hotel Rural Casa de S. Pedro. Apontava alguns erros de gestão naquilo que muitos apelidaram de Parque Urbano da Quinta do Pinheiro. Aquela estrutura era bonita enquanto esplanada, mas não servia os interesses da comunidade paivense. Andava pelo País fora com os atletas em competição, sabia que era possível fazerem mais e melhor. Alertava também que apesar de terem 30 anos, muitos paivenses não os conheciam e não sabiam a amplitude nem ao que chegou o desporto em Castelo de Paiva, que representava uma coletividade que tinha aproximadamente 300 participantes, tinham vários monitores, não tinham espaços próprios e viviam em espaços cedidos pela autarquia. O Grupo Desportivo e Cultural de Castelo de Paiva, no seu 30^o. Aniversário, vinha mostrar a muitos paivenses pela primeira vez a sua grandeza desportiva e de projetos. Nunca tinha passado pela mentalidade da Direção do Grupo Desportivo estarem a formar seja quem for,

nas artes ou no desporto, para irem enriquecer clubes de fora. Não estavam a preparar atletas para irem para o Benfica ou Real de Madrid. Estavam a preparar atletas para, com a bandeira de Castelo de Paiva, honrarem o Concelho, os modelos desportivos, que isto era um facto importante e que não havia sensibilidade. Muitos estariam a ouvir pela primeira vez que Castelo de Paiva tinha campeões nacionais e distritais. De 13 campeonatos do distrito de Aveiro, 12 eram de Castelo de Paiva. Tinham uma atleta vice-campeã da Europa de alta montanha. Ganharam a taça ibérica em 2008 em competição com as regiões da Galiza, Catalunha e País Basco. Era necessário que, no 30º. Aniversário, pensassem seriamente no que queriam ou que pretendiam destas coletividades, que além de terem aqueles títulos, tinham o melhor título de todos, que era o único clube eclético de Castelo de Paiva, porque tinham várias modalidades, o Karaté, ballet e yoga entre outras. Deu uma volta pelo Concelho e ficou ferido quando foi ao Campo de Futebol de Santa Maria de Sardoura e viu o estado degradante em que se encontrava. Estava convencido que aquele espaço era do Sardoura e não tinha nada a ver com a CM, mas soube que tinham sido investidos dinheiros públicos. Questionou se era ou não era. Quanto às instalações da C.J. Clarks e enquanto estiveram lá os ingleses o recinto estava aberto, assim que passou para os portugueses, portões fechados. Era necessário acautelar algumas situações e solicitou aos representantes do Município que quando chegasse alguma coisa à AM, deveriam convocar as associações para virem falar dessas questões. Provavelmente se tivessem sido ouvidos, a esplanada da Quinta do Pinheiro não estaria deserta e a valer zero como estava. Há alguns anos o executivo da CM colocou na Quinta do Pinheiro uma sala para as atividades que tinham, assim como fazerem os balneários. O orçamento na altura era de 150 mil euros, foi aprovado por unanimidade, mas nunca mais se falou no assunto. Houve uma alteração a isto, já estavam a fazer outra coisa e não conseguia perceber como é que aquilo podia acontecer. Iam continuar com os campeões, com os objetivos, continuavam a tomar banho na rua e no tanque do espaço da Feira. Deveriam trabalhar, sair, visitar as associações e iriam ver que há uma grande riqueza em Castelo de Paiva. Apenas quis sensibilizar a AM, porque este ano era ano de eleições, esperava que trouxessem propostas e ideias novas, porque o Concelho merecia gente sadia e o Grupo Desportivo de Castelo de Paiva era uma porta aberta para, em conjunto, trabalhar aquelas sensibilidades.

Adelino Nunes, residente em Sobrado, começou por cumprimentar a AM e a CM os Paivenses e a Rádio Paivense. Referiu que tinha cumprimentado a Rádio Paivense e não a comunicação social como era normal, porque era o único órgão da comunicação social que estava sempre presente nas reuniões da AM e da CM. Esperava que compreendessem que as suas intervenções nas reuniões da CM ou da AM não eram contra ninguém, simplesmente face ao seu pensamento eram



MUNICÍPIO DE CASTELO DE PAIVA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

para colaborar com o desenvolvimento e divulgar o Concelho de Castelo de Paiva, terra onde nasceu, vivia e onde pretendia ser sepultado, pois era a terra onde nasceram e repousam os seus Pais e nasceram os seus filhos. Era a única terra do mundo onde se sentia verdadeiramente bem. Várias vezes estava presente nas reuniões da AM e tinha feito intervenções no período destinado ao público. Ia falar sobre um problema, talvez dos mais graves da Democracia em Castelo de Paiva, referia-se à comunicação social e a forma como ela desempenhava a sua missão informativa, sobre as notícias relacionadas com Castelo de Paiva, assim como também as notícias sobre eventos realizados pelas Associações do Concelho. Ia ler uma notícia que foi divulgada pela Lusa Nacional, referente ao Protocolo que AADOP realizou com o Núcleo Regional Norte da Liga Portuguesa Contra o Cancro e foi publicada no Correio da Manhã, Diário de Aveiro, A Verdade do Marco de Canaveses, TVS, e vários Jornais online. *“Porto, 09 fev (Lusa) - A Liga Contra o Cancro/Norte e a Associação de Apoio a Doentes Oncológicos Paivenses assinaram hoje um protocolo para criar um polo da Liga em Castelo de Paiva, distrito de Aveiro, destinado a apoiar os doentes oncológicos e famílias. “Este dia vai ficar na história do associativismo solidário e da valorização da sociedade civil e, em particular, das associações de apoio aos doentes oncológicos, no designio da união de esforços para fazer face aos desafios e dramas sentidos por estes doentes e suas famílias, na caminhada pela sua sobrevivência”, considerou o presidente da AADOP, José Adelino Nunes. O protocolo de cooperação visa “um reforço de relacionamento, cooperação e atuação conjunta”, na área do apoio social, da humanização e da melhoria da qualidade de vida dos doentes e sobreviventes oncológicos e suas famílias, bem como da defesa dos seus direitos. Em declarações à Lusa, o presidente da Liga Portuguesa Contra o Cancro (LPCC), Vítor Veloso, disse que o acordo hoje assinado no Porto “está dentro da política do Núcleo Regional do Norte que pretende chegar a todos os doentes, nomeadamente, e de um modo especial, aos locais onde eles vivem”. “É por isso que estamos a criar uma rede de polos e delegações em todo o Norte do país e é neste contexto que se insere o protocolo hoje celebrado com a AADOP, com o apoio da Câmara de Castelo de Paiva. De acordo com Vítor Veloso, serão realizadas ações de educação para a saúde e de sensibilização das populações para os problemas do cancro, mas também será prestado apoio jurídico, se necessário, e serão realizadas consultas de psico-oncologia. “Estes polos e delegações são mais convenientes quando há vontade de parte a parte de fazer mais e melhor. Este vai ser um polo muito ativo na medida em que esta associação tem iniciativas que não ficam no papel, transporta-as para o terreno para que os nossos doentes oncológicos fiquem melhor apoiados”. Vítor Veloso acrescentou que a LPCC/Norte “não quer cristalizar no Porto, quer chegar às populações”. “É nossa obrigação chegar à população e, portanto, temos de criar estes núcleos bem distribuídos, porque não faz sentido que as pessoas*

tenham de se deslocar ao Porto ou a outra grande cidade. Estamos a prestar um serviço de proximidade bom em colaboração com as autoridades e as associações que existem nessas zonas”, frisou. A Associação de Apoio a Doentes Oncológicos Paivenses (AADOP) foi criada em agosto de 2015 e já celebrou protocolos de colaboração com os hospitais de São João e Santo António e com o IPO, do Porto, também com o objetivo de ajudar os doentes oncológicos do concelho, sobretudo, “os que não têm companhia”. “Queremos ser a família daqueles que não a têm. Eu também sou doente oncológico, sei que a família e os amigos são fundamentais para recuperação desta doença que é muito desgastante quer do ponto de vista físico quer do ponto de vista psicológico”, referiu o presidente da associação, em declarações à Lusa. A AADOP, com o apoio das instituições hospitalares e instituições de solidariedade social, acompanha os doentes sempre que necessário às consultas e tratamentos e realiza ações de formação e sensibilização sobre cancro, entre outras iniciativas. “O meu sonho é que este trabalho seja uma realidade em todos os concelhos, especialmente nos do interior. Alguns doentes acabam por não comparecer aos tratamentos e consultas, por falta de transportes, informações e apoio”. Naquele dia iam ser votados dois Regulamentos para serem aprovados pela AM, um relacionado com Bolsas de Estudo para Estudantes do Ensino Superior e outro relacionado com as Regalias Sociais aos Bombeiros Voluntários do Concelho de Castelo de Paiva. Não estava contra os respetivos benefícios já aprovados pelo executivo Municipal, até solicitava para que os Regulamentos fossem votados por unanimidade. Simplesmente solicitava como já solicitou várias vezes para que apresentassem propostas para que fosse possível também haver um regulamento de benefícios para estimular atletas ou elementos da cultura, que se evidenciassem a nível distrital, nacional e internacional, em representação das Instituições de Castelo de Paiva, ou até em representação de outras Instituições sendo embaixadores de Castelo de Paiva, como por exemplo aconteceu recentemente um Paivense ser selecionador da equipa que foi tri campeã da Europa em futsal, na federação de padres católicos. Assim como também um regulamento com benefícios para os voluntários de apoio às instituições de solidariedade social ou outras associações desportivas, da história e cultura, de utilidade para a comunidade Paivense.

Liliana Vieira, residente em Sardoura, referiu que ia intervir como Presidente da JSD. Em representação da Juventude Social Democrata dava a conhecer um projeto que integrou a lista de propostas da JSD e PSD para o Orçamento e Grandes Opções do Plano do Município para o ano de 2017. Considerava que era um projeto inovador e essencial para fomentar a aproximação e interesse dos jovens pela política e que tivessem assim uma oportunidade de expressar as suas ideias e vontades ao colocar em prática e em prol do Município os seus programas. Era um projeto que permitia desenvolver em simultâneo



MUNICÍPIO DE CASTELO DE PAIVA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

competências no âmbito da liderança da gestão do empreendedorismo, da cidadania entre outras competências, mas essencialmente a vontade de poder fazer parte de um projeto que contribuía para o desenvolvimento de Castelo de Paiva. Este projeto “Jovem Autarca” pretendia potenciar comportamentos de cidadania, valorizar as opiniões dos jovens, as suas ideias e as perspetivas para o futuro. Assumia-se como participação ativa nas decisões políticas do concelho, desempenhando o papel de porta-voz, sendo responsável pela gestão de um orçamento que era atribuído procurando concretizar os projetos que idealizou numa lógica de diálogo e sustentabilidade. Na prática, o Executivo camarário disponibilizava uma verba monetária para que o jovem autarca elaborasse o seu orçamento de acordo com as ideias que pretendia desenvolver ao longo do período de execução do projeto. Haveria um período inicial de apresentação do projeto nos Agrupamentos de Escolas, passando depois à fase de candidaturas e para finalizar a fase de seleção do projeto que reunisse as condições depois de submetido a sufrágio por um júri. Considerava importante este projeto para os jovens e porque queria muito que o mesmo passasse da teoria à prática, a JSD em tempo oportuno irá solicitar uma reunião ao Sr. Presidente da CM para que seja debatido ao pormenor as linhas orientadoras daquele projeto. Como esta proposta não foi tida em conta na elaboração do Plano e Orçamento de 2017, solicitava numa reunião posterior que a tivessem em conta, porque era um projeto fundamental para os jovens de Castelo de Paiva e que traria muitos benefícios.

2. ATA DA REUNIÃO DE 04.11.2016.

Presente a ata da sessão ordinária da AM de 04.11.2016.

Colocada à votação a AM deliberou por maioria, com 3 abstenções, por não terem estado presentes naquela sessão, e os votos a favor dos restantes membros, aprovar a referida ata.

3. ASSUNTOS GERAIS DE INTERESSE AUTÁRQUICO (PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA).

Almiro Moreira referiu que estava completamente de acordo com a intervenção do Sr. Nunes, relativamente à comunicação social e que quando foi celebrado o contrato com o Jornal de Paiva, ele próprio referiu que era excessivo pagar 500€ por mês em publicidade, para o pouco ou nada de informação que transmitia e na altura também fez a comparação à Rádio Paivense, que esta sim fazia um trabalho de excelência, e era graças a ela que se sabia grande parte das notícias que se passavam no Concelho. Esta era a primeira AM depois do falecimento do Dr. Mário Soares, manifestou o seu voto de pesar e congratulou-se pelos votos que foram formulados pela CM e pela Assembleia de militantes do PSD. Deixou a sugestão de o Município encontrar uma Rua ou uma Praça digna para dar o nome do Dr. Mário Soares. Foi com felicidade que viu as notícias sobre a

conclusão da Variante à EN 222. Achava que era uma obra em que todos lutaram muito nos últimos anos e esperava que fosse concluída, porque era uma vitória de todos os paivenses. Na última AM solicitou ao Sr. Presidente da CM que o informasse quais tinham sido os pedidos que tinham recebido relativos à Postura de Trânsito no que respeitava aos lugares privados, mas não teve resposta. Mas ainda verificava que a Postura não estava a ser cumprida, porque continuavam a existir lugares privados que já não o eram desde que a Postura tinha sido aprovada e não percebia o porquê da demora na regularização de uma Postura de Trânsito que foi apresentada pelo Executivo. Ia apresentar um requerimento formal à Mesa, para ver se desta vez tinha acesso aos requerimentos apresentados e que acima de tudo e mais importante, que o Sr. Presidente da CM fizesse cumprir o Regulamento que trouxe à AM para ser aprovado.

Rocha Pereira referiu que quanto à Variante à EN 222, depois de muitas promessas, a Carbonífera encerrou em 1994, estava a falar de uma contrapartida que foi na altura prometida, parecia que desta vez o poder central, e como dizia o povo “gato escaldado de água fria tem medo”, a verdade era que em vários momentos, políticos diferentes de governos diferentes prometeram que a Variante ia ser concretizada. Era importante que desta vez assim fosse. Isto significava que tardiamente o poder central cumpria a sua parte. Achava que o desafio verdadeiro iria iniciar-se para o Município, porque era a partir dali que cabia cumprir a nossa parte. Ou tinham uma perspetiva do que era o futuro e do que significava a Variante e atempadamente tomavam as medidas que do seu ponto de vista se impunham, ou corriam o risco de terem um acesso que podia servir, não para trazer pessoas de fora ao Concelho, mas pelo contrário, levar paivenses para fora do Concelho. Parecia-lhe que não era isso que pretendiam. Se estavam a falar de um Município com um nível de endividamento elevado, se estavam a falar de IPSS's, associações com um nível de endividamento elevado, ou de indústria, micro empresas de cariz familiar, comércio e serviços limitados, tinham de ter em conta que partiam de uma realidade não muito risonha para assegurar o futuro. Dizia-se que não havia temas de debate em Castelo de Paiva, mas se calhar até havia, mas que por isto ou por aquilo não se queria avançar com aqueles debates. Podiam confrontar o que era a realidade de Castelo de Paiva com a de Arouca. O que era Arouca há 40, 30, 20 ou há 10 anos atrás. O que era Alpendorada nesse tempo e o que era hoje. O que era Canedo há 30, 20 ou 10 anos. O que era o sul do Concelho. O que era Cinfães. Foi aprovado um projeto de parque de campismo em Cinfães no valor de 1,400 mil euros. Há quanto tempo Castelo de Paiva defendia um Parque de Campismo? O Sr. Manuel Vieira perguntou há pouco, em relação ao associativismo e ao Grupo Desportivo de Castelo de Paiva, o que se queria e o que se pretendia. Ele questionou numa perspetiva de uma associação de um Grupo Desportivo, mas



MUNICÍPIO DE CASTELO DE PAIVA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

tinham que questionar em termos de associativismo em geral e em termos de futuro do Concelho, para não serem surpreendidos com o evoluir e desenvolver de outras terras. O Governo tinha aprovado recentemente uma proposta no sentido de centralizar poderes, competências, atribuições para as câmaras e juntas de freguesia, e que os autarcas executivos iriam ser confrontados com as realidades. Estavam a meia dúzia de meses das eleições e havia uma questão importante que era o perfil dos candidatos que iriam apresentar. O futuro de Castelo de Paiva passava muito pelos acertos que os partidos faziam na escolha dos candidatos. Tinham de refletir antes e não depois de. Ser presidente de junta ou de câmara em 2017 não era a mesma coisa que há 40 anos atrás. A questão que se colocava era se a aposta ia no sentido de indicar pessoas competentes, dinâmicas, com projetos, com ideias, ou se pelo contrário, iam cair naquilo que lamentavelmente acontecia, que era no amiguismo, na partidarite, que era indicar verdadeiros rabos de vassoura que eram aqueles que efetivamente estavam disponíveis para serem fiéis aos partidos e a quem decidia a sua candidatura, o seguidismo, o dizer sim, o não dar voz ou ter capacidade para dar voz aos órgãos e às terras. Isto era um desafio que cabia aos partidos que iam apresentar candidatos. Oxalá, colocassem o interesse do Concelho e do território acima dos interesses do tal amiguismo e partidarite. A competência era fundamental e havia coragem por parte dos dirigentes de dizerem “tu és meu amigo, mas não tens perfil, não reúnes as condições nem agora nem no futuro”, ou apostavam no sentido da qualidade, terem autarcas qualificados, ou corriam o risco de não passarem de ser uma mera terrinha. Já carregava décadas como autarca e como pessoa que colaborou, na medida do possível, em prol da comunidade. Isto era um desafio que esperava que os partidos políticos tivessem capacidade e a coragem de assumir o que queriam com as candidaturas. Tiveram no Concelho o “fenómeno” da agregação de freguesias e o território foi alterado em função da política que foi imposta. Mas parecia que era a hora de refletirem sobre o assunto antes de avançarem para novas eleições e havia algumas questões que tinham de ser respondidas. Avançaram para a agregação de freguesias numa perspetiva, com um conjunto de pressupostos. Ao fim de três anos de experiência, o que é que podiam retirar com ilações daquela nova experiência. Perguntou se tinha havido redução de custos dos serviços prestados em prol da comunidade. Se a comunidade perdeu ou ganhou serviços entretanto. Se as populações se sentiam melhor ou pior servidas do que antes da fusão das freguesias. A capacidade de intervenção das populações e das instituições aumentou ou não? O princípio de que “a união faz a força” refletiu-se nestes casos? Face a tudo isto qual era a conclusão? Seria melhor voltar atrás? Ou pelo contrário, defender a ideia e pugnar por um aumento deste princípio da agregação? Quanto às intervenções, do Sr. Manuel Vieira, deu os parabéns ao Grupo Desportivo de Castelo de Paiva, e comungava com as questões que tinham sido levantadas. Tinham de refletir sobre aquilo que era o associativismo,

deviam ouvir, mas tinham que decidir. Quanto ao Sr. Adelino Nunes, achava que a questão da saúde nunca foi desconsiderada por nenhum órgão autárquico concelhio. Outra questão era dar relevo a comunicação social, que era respeitável. Quanto à questão do voluntariado, achava também que dava trabalho, mas era um caminho que devia ser percorrido, porque era de justiça. Quando discutiram se deveriam passar para três o número de bolsas dos alunos do ensino superior, filhos de pais carenciados, iam conceder um tratamento especial pelo facto de serem inscritos e associados nos bombeiros, era evidente que isto era um pouco redutor. Questionou se não havia outros voluntários em Castelo de Paiva, ligados à deficiência, ao associativismo em geral, à cultura, às bandas filarmónicas, aos ranchos folclóricos, IPSS's? Era mil por cento a favor que houvesse incentivos e estímulos aos jovens universitários paivenses, mas tinham que ser justos de modo a que não caíssem naquela ideia que os órgãos autárquicos estavam a criar um conjunto de benesses a um tipo de voluntariado específico de tal ordem que pudessem ser injustos em relação aos outros voluntários. Deviam criar condições para que elaborassem uma carta de voluntariado em geral e achava que isto poderia afastar o risco de haver alguma discrepância em relação aos voluntários do concelho.

Tiago Rocha referiu que o Conselho Municipal da Juventude em Castelo de Paiva tinha um papel fundamental e que gostaria de saber se estava em plenitude de funções e se estavam efetivamente a trabalhar. O Conselho Municipal da Juventude era um órgão consultivo, o que poderia fazer era emitir pareceres ao abrigo da Lei e que tinham de ser tidos em consideração, era importante porque para além de ter um conjunto de competências alargadas, nomeadamente no que dizia respeito às linhas de orientação de política municipal para a juventude, assim como para o orçamento municipal no que respeitava às políticas da juventude, teria de ser auscultado. Gostava de saber se aquela matéria tinha sido respeitada. O futuro de Castelo de Paiva passava em grande medida pelos jovens e por isso era fundamental ouvir e posteriormente tomar medidas e implementar projetos. Era fundamental que o Conselho Municipal da Juventude, em determinadas matérias e as que estavam definidas por lei, fosse ouvido.

Giselda Neves referiu que felicitava o GM do PSD por lembrar a morte de uma figura incontornável da democracia, o Dr. Mário Soares. Achava que a AM formalmente lavrasse um voto de pesar por tudo aquilo que aquele Senhor trouxe à democracia. Defendeu sempre as suas ideias e muito daquilo que eram em termos de sociedade, era devido a figuras como a daquele Senhor. O executivo camarário deveria pensar seriamente na hipótese de colocar o nome numa praça ou numa rua. Estava feliz e apesar de não pertencer a nenhum partido, pertencia a uma bancada que lhe tinha proposto trabalhar. Andava mais feliz do que andou há 4 anos atrás. Não gostava do Primeiro Ministro que massacrava o tempo todo com dívidas, com vassalagem às políticas da União



MUNICÍPIO DE CASTELO DE PAIVA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Europeia. Achava o atual Primeiro Ministro era mais sorridente, estava a gostar muito dos dados da OCDE e do INE. Há pouco saíram os índices de confiança dos portugueses, eram os mais elevados de há 17 anos. Um povo feliz era um povo diferente, não estava sempre a pensar na crise, que sabia que trabalhava e que estava com um défice apenas de 2,1. O aumento de emprego estava a ser efetivo, que se poderia travar aquela sangria que foi o êxodo dos jovens. Se refletissem o esforço de 10 anos de educação estavam a ser perdidos, muitos dos fundos, do trabalho e sacrifício estavam a ir embora. Brevemente iriam bater às portas com ideias que levavam nas suas malas com projetos de trabalho para o Concelho e que depois o povo analisava e escolhia. O importante era que os partidos escolhessem as pessoas com quem gostavam de trabalhar e formar equipa, mas o mais importante era o debate de ideias, de projetos, daquilo que os partidos queriam para o Concelho. O Sr. Manuel tinha dito que havia um projeto que orçava os 150 mil euros, deveria ter massacrado o Executivo para ter a obra feita uma vez que foi aprovado. O Executivo deveria dar uma prenda ao Grupo Desportivo que tinha feito muito pelo Concelho. Deveria haver um sítio mais específico, com condições condignas para o Grupo que tinha levado bem alto o nome de Castelo de Paiva, e não era política do século XXI tomar banho no tanque da feira. Relativamente à questão das associações, o Executivo tinha, na medida do possível, que as apoiar. Tinha feito parte do projeto do Partido Socialista e gostava de indagar ao Sr. Presidente da CM relativamente à Loja Social, se tinha funcionado ou não. Perguntou, ainda, quanto foi o valor de apoio nestes últimos anos quantos incentivos à natalidade, assim como quantos transportes solidários. Precisavam de fazer balanços e de saber se o Executivo tinha cumprido ou não. Congratulava-se com a vinda de algumas vertentes novamente para o Tribunal de Castelo de Paiva. Tinha sido uma luta travada para não haver deslocalização de algumas daquelas vertentes. A Justiça perto das pessoas funcionava melhor. Pelos vistos a geringonça estava a funcionar e tinham de aproveitar e forçar. Questionou se a Variante à EN 222 iria ser ou não construída. Era importante no Concelho a construção de uma casa de emergência social. Houve muitas escolas do 1º. Ciclo devolutas e sabia que todo o espaço era sempre bem vindo junto das freguesias. Muitas das vezes a ação social da CM ia visitar velhinhos e mulheres vítimas de violência doméstica e durante a noite não tinham onde colocar aquelas pessoas. Era extremamente importante que pensassem numa solução.

Almiro Moreira referiu que estava de acordo com algumas intervenções que tinham sido feitas, como era o caso da nacional 222, assim como a competência dos autarcas, mas quanto à reorganização das freguesias, há 3 Assembleias atrás o PSD tinha feito uma proposta à AM e sugeriu que fosse criado um grupo de trabalho de reflexão do que tinha sido feito e quais os benefícios, os prós e contras destes últimos 3 anos, mas a bancada do PS, não só negou

aquelaproposta como não deixou que fosse votada. O Presidente da AM não aceitou a proposta do PSD para se discutir a reorganização das freguesias e de verificar se de facto havia ganhos com a agregação das freguesias de Sobrado e Bairros, Raiva, Pedorido e Paraíso. Mas o Partido Socialista não só não deixou discutir isso e retirou o ponto, numa atitude que consideraram de pouca democracia, mas ficava à espera que o líder do PS trouxesse novamente este assunto à AM.

Ângelo Fernandes referiu que as pessoas do Concelhos de Santa Maria da Feira e de Gondomar não tinham conhecimento da conclusão da Variante. Questionou o Sr. Presidente para quando a conclusão das obras do Bairro de S. José, da Rua do Barreiro e do acesso ao cemitério. Quanto ao Choupal de Pedorido, gostava de saber para quando o início daquelas obras.

José Teixeira Martins referiu que quanto ao associativismo, e como fazia parte da direção da Associação Cultural e Desportiva de Sabariz, dava os parabéns ao Grupo Desportivo de Castelo de Paiva. Quem andava no associativismo andava com gosto e sem fins lucrativos. Era muito cansativo, mas era com gosto que lá andava. Gostava que estivessem presentes os presidentes e elementos das associações na AM, mas todos sabiam que só estavam presentes quando vinham receber os subsídios. Não estava a defender a CM, mas tinha conhecimento que havia Câmaras que não davam qualquer subsídio às Associações. O Concelho de Castelo de Paiva tinha muitas associações e todas vinham pedir subsídios à CM. Havia associações que faziam atividades e outras que as faziam no papel, mas não as executavam, mas a CM deveria exigir que as realizassem. Tinham tantas associações em Castelo de Paiva que ninguém sabia o que faziam e só apareciam na apresentação dos Jogos Desportivos. O Executivo tinha trabalhado muito e a tenda gigante era uma mais valia para as atividades que se tinham realizado e trouxe benefícios para o concelho.

José António Rocha referiu que discordava da intervenção do Almiro quanto a reorganização das freguesias. O que foi impedido de se discutir foi no âmbito do que estava a ser noticiado pelo Governo de uma revisão do mapa das freguesias, o PSD ia acelerar o passo e definir quais as freguesias que iriam ficar. O que foi dito era que não se devia discutir, porque não havia propostas nem critérios, não havia razão para se fazer aquela projeção. O que o Rocha Pereira tinha abordado era sobre uma avaliação que achava que deveria ser feita com dados. Achava que havia de haver inquéritos à população. Relativamente ao falecimento do Dr. Mário Soares deveria ser apresentada uma proposta para aprovação de um voto de pesar e achava que se poderia dar o seu nome a uma avenida ou uma praça. Questionou o Sr. Presidente da CM sobre a questão da descentralização de competências para as autarquias e comunidades intermunicipais. Perguntou o que se poderia concretizar em termos práticos para o Concelho e em que áreas: na saúde, na educação. Deu os parabéns pelo 30º.



MUNICÍPIO DE CASTELO DE PAIVA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Aniversário do Grupo Desportivo de Castelo de Paiva, pelos êxitos alcançados e lamentava as queixas apresentadas, por não haver umas instalações dignas para quem praticava atletismo.

Rocha Pereira referiu que queria esclarecer que a intervenção que tinha feito tinha sido a título pessoal e não teve qualquer tipo de concertação com nenhum membro de bancada ou do Partido Socialista. Desconhecia a abordagem daquele tema numa reunião anterior. Se foi a decisão do Presidente da Mesa que levou à não discussão do assunto se calhar era possível rever aquela postura. Achava que o PS não era Partido para se furtar ao debate, ao diálogo, sobre uma temática daquela natureza. Eram autarcas e estavam a falar sobre um problema da autarquia, tinha a ver com efeitos práticos na população e território, mas os termos da discussão é que deveriam ser devidamente clarificados.

Presidente da CM esclareceu que quanto às intervenções do Público, sobre o associativismo e em particular do Grupo Desportivo, respeitava e ouvia com atenção, sobretudo aquilo que era a estratégia e a linha de atuação do executivo municipal, não tinham dificuldade em assumir as opções que tomavam, sobretudo ao nível do parque urbano e se não correspondia ao objetivo ou anseio do responsável do Grupo Desportivo, tinha o direito de pensar dessa forma. Aquela intervenção, mesmo não estando concluída na sua plenitude, porque ainda falta a última fase, era boa para o Município e para os paivenses. O Executivo estava lançado numa aposta real, para além da requalificação da Quinta do Pinheiro, estava a preparar-se para construir um equipamento essencial para o desenvolvimento do projeto da música no concelho que era a “Casa das Artes e Espetáculos”, um investimento que poderá rondar os 2 milhões de euros e será desenvolvido nos próximos anos no âmbito do Quadro Comunitário. Lançaram a concurso a requalificação da envolvente do Bairro Social da Vila, a Rua Ferreira de Castro e a estrada que ligava a Raiva a Serradêlo. Na sua intervenção, o Sr. Manuel Vieira deu a imagem de tomar banho no tanque à moda antiga. O Grupo Desportivo tinha instalações desportivas que poderia utilizá-las, como o pavilhão dos desportos, a piscina municipal e ainda os equipamentos sanitários na feira poderiam ser adaptados para aquele objetivo. Quanto às questões do Membro Giselda relativamente à realidade social, era notório a importância das medidas tomadas. Quanto ao transporte solidário desde que entrou em funções foram feitos 7.500 transportes com os bombeiros. No cheque farmácia havia 176 famílias abrangidas por esta medida. Nos incentivos à natalidade estavam na ordem das 100 crianças que estavam com este apoio. Sobre a intervenção do Sr. Adelino Nunes, esclareceu que a CM não interferia no critério das notícias que cada órgão de comunicação fazia. O critério jornalístico era feito pelo próprio jornal. O que existia com o Jornal de Paiva, a Rádio e a CM era um protocolo, uma prestação de serviços que tinha como objetivo promover iniciativas que decorriam no âmbito da CM,

do associativismo local e das juntas de freguesia. Sobre a questão dos jovens autarcas tinha conhecimento do projeto, porque decorria na CM da Vila da Feira. Já falou com os agrupamentos de escolas no sentido de promover iniciativas de ligação com as escolas e traduzir isto no programa de atividades escolares. Outros já foram feitos, nomeadamente a horta pedagógica desenvolvida na Quinta do Pinheiro. Isto era uma matéria que estava a ser desenvolvida, melhorada e pensava que também era do interesse da comunidade educativa. Apolítica não era só feita destes gestos, havia muito mais do que isto e tinham de cativar os jovens para virem para a política, demonstrando o lado positivo e o fascínio que existia na política, de servir bem a causa pública. Havia muitos jovens a participar, o que era saudável e salutar. Sobre a questão do Membro Almiro Moreira e quanto à Postura de Trânsito, dava nota que a questão das multas nada tinha a ver com a CM, era da esfera das competências da GNR. Sobre a questão dos parómetros, os serviços estavam a fazer o seu trabalho e iria reforçar para que fosse acautelado aquilo que foi uma indicação da AM. Sobre a questão da Variante à EN 222, esta ligação era prioritária para o Concelho, era um desejo antigo desta região e que finalmente alguém teve coragem política de a assumir. O Ministro Pedro Marques e o Primeiro-ministro honraram a palavra dada na última Feira do Vinho Verde e que a obra iria avançar em 2019. Deveriam estar gratos e reconhecidos ao Governo por ter assumido este importante investimento. Havia uma parceria com o Município neste caso cifrava-se em 10%. Não teve problema nenhum em assumir que a CM se responsabilizar-se-ia pelos 10%, mas que ainda ia ver em que moldes seria efetuado. Se não tivesse tomado esta decisão, seria legitimamente crucificado pelos paivenses por não ter tomado aquela posição política. Já estava em contacto com os outros municípios de Santa Maria da Feira e Gondomar, mas o importante tinha sido a decisão que tomaram para que a Variante fosse concluída, o que se traduziria num grande fator de desenvolvimento para este Concelho. Tinham projetos de natureza turística de grande envergadura ao nível da requalificação das zonas ribeirinhas que estavam a avançar a grande ritmo e o Castelo era um dos que faltava, mas brevemente iriam ter boas notícias. Iam ter o projeto do Choupal finalmente no terreno, porque já tinham a declaração de utilidade pública e ia ser urgente, o que significava que dentro de pouco tempo iriam ter condições de lançar a primeira pedra. Já tinham Midões, uma obra que já devia ter atingido os 250 mil euros, tinham Boure - em Sardoura, uma obra que estava com bastante qualidade e esperava ter em Março a aprovação da candidatura da requalificação da zona ribeirinha no projeto integrado "Viver Payva Douro", que ia ser um valor acrescentado para a região e que ia trazer um produto e uma oferta turística de grande importância para o Concelho. A valorização das zonas ribeirinhas, dos recursos naturais e dos recursos endógenos continuavam a ser apostas do Município. Tinham a requalificação do pólo da Escola EB 2/3 que estava em marcha e que iria cifrar-se na ordem de



MUNICÍPIO DE CASTELO DE PAIVA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

1 milhão de euros. Tinham um conjunto de investimentos preparados e desenhados ao nível de todo o Concelho com o objetivo claro de melhorar as condições dos paivenses no território. Quanto às questões de intervenção de proximidade na Póvoa, estava preparada para ser lançada em concurso, investimento este na ordem dos 90 mil euros, o mesmo se passava no acesso ao cemitério da Póvoa, mas tinha um conjunto de intervenções previstas ao nível de todo o Município que iam ser desenvolvidos no âmbito do empréstimo que estavam a contratualizar. Quanto à questão da tenda gigante foi uma candidatura de 500 mil euros, tinham um conjunto de iniciativas alocadas, que a disponibilização da mesma teria de suportar 15% do valor total, para os objetivos que aquele equipamento tinha. Estaria presente no Festival da Lampreia e iria estar na Feira do Vinho Verde onde será associado aos ofícios ancestrais do Concelho. Outros investimentos irão surgir neste domínio, na valorização das marcas do vinho, das Minas e de um conjunto de iniciativas que se vão desenvolver ao longo de 2 anos. Estavam empenhados em continuar este trabalho sustentado com as finanças do Município, de proximidade com as populações as ligações que vão ser desenvolvidas nos próximos tempos pelas várias freguesias do Concelho. Já tinham um valor muito significativo de candidaturas, já estavam aprovadas no domínio da regeneração e mobilidade urbana e ao nível das ações coletivas. No domínio da descentralização, só ficará convencido daquela solução se tiver o pacote financeiro associado para desenvolver as parcerias e assumir as competências do Estado e era um trabalho que estava a ser desenvolvido passo a passo. Havia uma iniciativa que estava a ser desenvolvida com o Ministério da Saúde que era a colocação de um especialista em saúde oral. No fundo era estabelecer uma valência que já tinha existido no Concelho, mas havia a possibilidade de em junho voltar a ter aquela especialidade no Centro de Saúde. Quanto ao Conselho Municipal da Juventude, julgava que tinham sido feitas reuniões naquele domínio e o trabalho de auscultação tinha sido feito com todo o movimento associativo e que tinham procurado colaborar naquilo que era possível com o movimento associativo e com a juventude. Os conselhos municipais e consultivos eram sempre importantes, mas deveria haver uma ação concreta naqueles domínios e que pudessem ter um conjunto de iniciativas desenvolvidas que fossem ao encontro dos jovens. Uma das áreas que achava importante desenvolver no domínio da juventude era a questão do empreendedorismo jovem que precisava de um maior vigor no Concelho. Quanto à questão das freguesias, nunca esconderam a posição política que tinham e afirmaram de forma vigorosa aquando da reestruturação promovida pelo Ministro do PSD. O Governo estava a desenvolver um trabalho de parceria com a ANMP e a ANAFRE no sentido de alterar o modelo atual. O que o Governo estava a fazer era reestruturar e apostar na inovação, na tecnologia, descentralização e com isto diminuir os custos. Era isto que estava em cima da mesa e estava inteiramente de acordo. Terem uma

administração pública amiga dos cidadãos e que estivesse representada nos vários recantos do País. O Governo estava apostado em criar espaço de cidadão ao nível das freguesias e lojas do cidadão ao nível dos concelhos, que proporcionassem serviços de qualidade com respostas ágeis ao nível das necessidades das populações.

Almiro Moreira questionou relativamente à Postura de Trânsito se estava implementada e se tinham sido recebidos requerimentos. Não tinha percebido a resposta e gostava de saber se já estava em aplicação ou não.

Presidente da CM esclareceu que os serviços estavam numa fase de adaptação daquilo que tinha sido uma indicação da AM para ajustar a realidade atual com a Postura de Trânsito aprovada em AM.

Presidente da AM colocou à votação o voto de pesar pelo falecimento do Dr. Mário Soares. A AM deliberou por unanimidade aprová-lo.

4. INFORMAÇÃO ESCRITA DA ATIVIDADE DA CM E DA SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MUNICÍPIO.

Presente o ofício 5833 de 07.02.2017, do Presidente da Câmara, contendo a informação da atividade da Câmara Municipal, bem como uma informação da situação financeira datada de 10 de Fevereiro de 2017, e de acordo com o Mapa dos Encargos Assumidos e Não Pagos, a dívida referente a fornecedores é nessa data de 1.044.760.72€ (um milhão quarenta e quatro mil setecentos e sessenta euros e setenta e dois cêntimos) e do Resumo Diário de Tesouraria, de 09.02.2017, com o total de disponibilidades cujo saldo totaliza o valor 830.008,38€ (oitocentos e trinta mil oito euros e trinta e oito cêntimos), sendo estes documentos depois de apreciados arquivados na pasta anexa a esta acta.

José Duarte Rocha referiu que em relação ao que foi apresentado a 20.10.2016 em que a dívida a fornecedores era de cerca de 900 mil euros e a disponibilidade de tesouraria era de cerca de 1.170 mil euros. Em 09.02.2017 era apresentada a dívida referente a fornecedores, de 1.050 mil euros, e a disponibilidade em tesouraria de 830 mil euros. Questionou o Sr. Presidente da CM se previa dificuldades na tesouraria da CM nos próximos tempos e a que se devia aquela derivação.

Fátima Strecht fez referência à poda das árvores efetuada na zona de lazer do Cais do Castelo na freguesia de Fornos, não chamaria de poda mas sim de decapitação, porque foi o que fizeram às árvores. Aquelas árvores eram muito apreciadas no verão e se houver um verão tórrido como o do ano passado não sabia como ia ser. O que fizeram não lhe chamava de trabalho, mas sim “destrabalho” por causa dos prejuízos que foram feitos. A rede sombra que lá puseram, os bancos e as mesas estavam danificadas com aquela decapitação. Já houve tempo suficiente para ter sido reposta a situação, mas estava tudo



MUNICÍPIO DE CASTELO DE PAIVA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

danificado e os troncos das árvores estavam por lá espalhados. Em trabalhos de decapitação das árvores pensava que a CM tivesse feito o mesmo tipo de trabalho na zona envolvente no cemitério de Sobrado, assim como no Largo do Conde que foi uma lástima. Tinha duvidas se o que fizeram tinha sido um bom trabalho.

Presidente da CM esclareceu que o valor transmitido no âmbito da situação financeira do Município estava a submeter um empréstimo para liquidar investimento de intervenções que fizeram e ainda não tinham tido qualquer pagamento. Isto tinha gerado alguma dificuldade de tesouraria, mas estavam a conseguir cumprir com todos, pagando a tempo e horas cumprindo com o prazo médio de pagamento, tendo todo o serviço de dívida pago à banca. A situação estava controlada, conciliando investimento e pagamentos de sentenças de Tribunal. Sobre a questão das podas, estas situações eram sempre suscetíveis de opiniões diferentes, mas aquele trabalho estava a ser acompanhado pelos serviços competentes, em todo o caso iria fazer uma avaliação com os responsáveis.

Verificou-se a presença do Presidente da AM Gouveia Coelho.

5. RELATÓRIO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL. APRECIÇÃO E DELIBERAÇÃO.

Presente o Relatório de Execução Orçamental, que se dá aqui como integralmente reproduzido e fica arquivado na pasta anexa a esta ata.

Almiro Moreira referiu que se podia ver na página 6 que houve um acréscimo de 98,5% na rubrica de estudos, pareceres e consultadoria, que se referia a um aumento com os custos de honorários, igualmente de prémios e ofertas na ordem dos 73%. No quadro da página 10 onde dizia 6/2015 deveria dizer 9/2015, que este lapso deveria ser reparado, para não ficarem com dúvidas. Questionou quais eram as questões informáticas que impediam os relatores de apurar os dados relativos às demonstrações financeiras. Esta questão já vinha há 3 relatórios.

Presidente da CM esclareceu que quanto à questão dos valores, eles traduziam o que acontecia. Havia opções que o Executivo tomava e na sua opinião não era defeito nem podia ser criticado, porque se tinham um Quadro Comunitário a ser executado, não podiam deixar de realizar projetos que custavam dinheiro. A questão dos honorários a CM tinha de ser defendida por advogados. A justificação tinha a ver com a necessidade que o Executivo tinha de defender verbas para aquele efeito. Quanto à questão da informática associada, teria de questionar a responsável dos serviços.

Colocado à votação a AM deliberou por maioria, com oito abstenções (PSD) e 16 votos a favor dos restantes membros, aprovar o Relatório de Execução Orçamental.

6. RELATÓRIO SEMESTRAL JUNHO DE 2016. APRECIÇÃO E DELIBERAÇÃO.

Presente o Relatório Semestral de Junho de 2016, que se dá aqui como integralmente reproduzido e fica arquivado na pasta anexa a esta ata.

Almiro Moreira referiu que apesar de tardio, colocava algumas questões. O PSF previa 1,6 milhões de euros de disponibilidades, mas estava com menos 47% apenas 870 mil euros e gostava de saber a que se devia. O passivo, e apesar do FAM, previa 826 mil euros e tinha 1,5 milhões euros, por isso mais 75% do que estava previsto, e apesar do FAM explicar 370 mil euros faltavam cerca de outros 300 mil euros. O resumo dizia que os resultados operacionais estavam abaixo do previsto e que os resultados líquidos também estavam abaixo do previsto, que os indicadores económicos, o fundo de mancio está abaixo do previsto em 640 mil euros, o FAM explica apenas 350 mil euros e faltavam 300 mil euros. Questionou se a conclusão do relatório cash low inferior ao previsto poderia comprometer o reembolso oportuna dos empréstimos de médio e longo prazo. Na página 14 no quadro do mapa 4 é impossível o prazo médio de pagamento (DGAL) estar bem calculado porque a linearidade entre o prazo médio de pagamentos da DGAL e o prazo médio de pagamentos do Relatório do PSF tinham de ser mantidos e um não poderia ser inferior ao outro. Onde dizia 38, não podia ser 38, porque o prazo médio de pagamento do Plano apontava para 48 o prazo médio de pagamento da DGAL tinha que ser obrigatoriamente maior.

Presidente da CM esclareceu que, sobre o Relatório do PSF, estavam a cumprir com a Lei 73/2013. Conseguiram manter com todos os indicadores e cumprir com todas as obrigações que o Plano estabelecia. Quanto à questão do prazo médio de pagamento, acompanhava com atenção aquilo que a DGAL ia comunicando e que estavam sempre abaixo dos 90 dias, e isto é que era a sua preocupação. Quanto ao detalhe dos números dos dias, os técnicos saberão responder a isso. Tinha cumprido com todos os fornecedores, empreiteiros e com todas as instituições com quem tinha protocolos.

Colocado à votação a AM deliberou por maioria, com oito abstenções (PSD) e 16 votos a favor dos restantes membros, aprovar o Relatório Semestral de Junho de 2016.

7. LEI DOS COMPROMISSOS E PAGAMENTOS EM ATRASO – LISTAGEM DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS 2º. E 3º. TRIMESTRE 2016. APRECIÇÃO

Presente uma informação dos serviços que se dá aqui como integralmente reproduzida e fica arquivada na pasta anexa a esta ata.

A AM tomou conhecimento da referida informação.



MUNICÍPIO DE CASTELO DE PAIVA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

**8. RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO DA CPCJ DE CASTELO DE PAIVA
RELATIVO AO ANO DE 2016. APRECIACÃO.**

Presente o Relatório de Avaliação da CPCJ de Castelo de Paiva relativo ao ano de 2016, que se dá aqui como integralmente reproduzido e fica arquivado na pasta anexa a esta ata.

A AM tomou conhecimento do referido Relatório.

9. ALTERAÇÃO AO PDM DE CASTELO DE PAIVA

Presente uma informação dos serviços, que se dá aqui como integralmente reproduzida e fica arquivada na pasta anexa a esta ata.

Vereador José Manuel Carvalho esclareceu que a alteração ao PDM tinha a ver com o Regime Extraordinário das Atividades Económicas, o RERAE, e com a necessidade de concertar com um conjunto de entidades e, em particular, com a CCDDR-N que sugeriu que se introduzisse um artigo específico no PDM, que remetia para as situações de RERAE, para que a regularização daquelas atividades não violasse o PDM. Para que isto acontecesse era necessário que o PDM tivesse um artigo cuja redação remetesse os processos RERAE, não para o cumprimento que estava estipulado no PDM, mas para aquilo que eram as atas de conferências decisórias elaboradas com a CCDDR-N.

Colocada à votação a AM deliberou por unanimidade, aprovar a alteração ao PDM de Castelo de Paiva

**10. AMPLIAÇÃO DO CEMITÉRIO DE REAL – DECLARAÇÃO DE
INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL DE PARCELA DE RAN.**

Presente uma informação dos serviços, que se dá aqui como integralmente reproduzida e fica arquivada na pasta anexa a esta ata.

Vitor Quintas, Presidente da Junta de Real, referiu que aquele ponto tinha a ver com a declaração de interesse público para alargamento do Cemitério de Real. Ao longo dos vários mandatos foram vendidas porções de terreno e que era necessário fazer o seu alargamento muito urgente. Presentemente em Real, a autarquia tinha muito poucas campas.

Gouveia Coelho referiu que estava de acordo com o Sr. Presidente da Junta e que aproveitava a questão dos alargamentos e das vendas as áreas do cemitério, para colocar na agenda o problema da incineração, como haver espaço para aqueles cidadãos que optassem que o corpo fosse incinerado. Era uma prática utilizada nas áreas urbanas, mas não sabia como seria em Castelo de Paiva, se alguém fosse incinerado, como é que os cemitérios lhe davam resposta. Deixava esta questão à reflexão. Isto levantava outro problema que era onde estavam as

incineradoras. E que tipo de protocolo poderia ser feito, porque eram investimentos muito elevados.

Vereador José Manuel Carvalho esclareceu que o que a CM propunha à AM era que fosse declarada o interesse público municipal para submeter junto da Reserva Agrícola Nacional o pedido de desafetação de uso.

Colocado à votação a AM deliberou por unanimidade, declarar a ampliação do Cemitério de Real de empreendimento de interesse público municipal para efeitos de desanexação de RAN.

**11. ALTERAÇÃO AO REGULAMENTO DO MERCADO MUNICIPAL
ALFREDO AUGUSTO RIBEIRO. APRECIÇÃO E
DELIBERAÇÃO.**

Presente uma informação dos serviços, que se dá aqui como integralmente reproduzida e fica arquivada na pasta anexa a esta ata.

Vereador José Manuel Carvalho esclareceu que tinha a ver com a ocupação do espaço no Mercado Municipal e que, em relação à loja A4, só era permitido que fosse comercializado peixe, marisco fresco e congelado e não tinha tido qualquer procura. Neste sentido propunha a alteração ao Regulamento que permitisse que aquela loja pudesse ter um outro tipo de ocupação e que pudesse vender produtos indiscriminados.

Fátima Strecht referiu que felicitava o Executivo pelo esforço que estava a ser feito para a revitalização do Mercado Municipal. Passava lá todos os dias e via uma grande dinâmica.

Colocado à votação a AM deliberou por unanimidade, aprovar a alteração ao Regulamento do Mercado Municipal Alfredo Augusto Ribeiro.

**12. - ALTERAÇÃO AO REGULAMENTO DE BOLSAS DE ESTUDO A
ESTUDANTES DO ENSINO SUPERIOR;**

Presente uma informação dos serviços, que se dá aqui como integralmente reproduzida, fica arquivada na pasta anexa a esta ata.

Vereador José Manuel Carvalho esclareceu que a alteração ao Regulamento era para possibilitar o aumento de bolsas de estudo aos alunos do ensino superior, que passavam de 12 para 15 bolsas, e ainda atribuição de mais 2 bolsas aos Bombeiros Voluntários, passando assim para 3 bolsas de estudo.

Colocado à votação a AM deliberou por unanimidade aprovar a alteração ao Regulamento de Bolsas de Estudo a estudantes do Ensino Superior.

**13. REGIME EXTRAORDINÁRIO DE REGULARIZAÇÃO DAS
ATIVIDADES ECONÓMICAS – D.L. Nº. 165/2014 DE 5/11 E LEI Nº.
21/2016 DE 19/07. APRECIÇÃO E DELIBERAÇÃO.**



MUNICÍPIO DE CASTELO DE PAIVA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Presente uma informação dos serviços, que se dá aqui como integralmente reproduzida, e fica arquivada na pasta anexa a esta ata.

Vereador José Manuel Carvalho esclareceu que a AM já tinha deliberado no ano anterior um conjunto de declarações de interesse em relação à possibilidade de regularizar as atividades pecuárias ou industriais, mas o Governo prorrogou o prazo e permitia a possibilidade de quem ainda não o tinha feito, de o fazer. Que havia um pedido de um requerente de Bairros que pretendia regularizar a atividade que desenvolvia de um alambique de bagaço.

Almiro Moreira referiu que futuramente quer este ponto quer outros viessem munidos de mais informação.

Colocado à votação a AM deliberou por unanimidade, reconhecer o interesse público municipal no âmbito do pedido do requerente Sr. José Soares dos Santos.

**14. ALTERAÇÃO DO ANEXO 1 DO CONTRATO TIPO DE
CONCESSÃO DE DISTRIBUIÇÃO DE ELETRICIDADE EM BAIXA
TENSÃO.**

Presente uma informação dos serviços, que se dá aqui como integralmente reproduzida e fica arquivada na pasta anexa a esta ata.

Presidente da CM esclareceu que o protocolo existente com a EDP não previa a tecnologia LED e que houve necessidade de adicionar esta componente ao acordo para que a EDP pudesse introduzir aquele tipo de iluminação no Concelho. Depois de estabelecidas as negociações com a ANMP, ficou acordado que 50% era assumido pelo Município e os outros 50% assumia a EDP.

Colocado à votação a AM deliberou por unanimidade, autorizar a alteração do contrato de concessão, nos termos do disposto na alínea p), do n.º 1 do art.º 25.º. Da Lei 75/2013 de 12 de Setembro.

Fátima Strecht referiu que sabia que tinham de poupar, mas às 6.30h ainda era noite e as luzes públicas apagavam-se. Tinha reparado que as luzes não se desligavam todas ao mesmo tempo e gostava de saber porquê que em alguns sítios era às 6.30 noutros às 6.45h e ainda noutros às 7h, que gostava que lhe explicassem porque sucedia isto.

Presidente da CM esclareceu que tinha a ver com o dispositivo que estava ligado da PT ao relógio. Quanto à questão das LED a EDP assegurava a iluminação pública a 100% e 50% nos jardins públicos. Achava que era uma medida importante para a diminuição do consumo energético.

**15. DOCUMENTOS PREVISIONAIS PARA O ANO DE 2017 DA
COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DO TÂMEGA E SOUSA E DA**

ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS DO VALE DO SOUSA. APRECIÇÃO

Presente, os documentos Previsionais para o ano de 2017 da Comunidade Intermunicipal do Tâmega e Sousa e da Associação de Municípios do Vale do Sousa, que se dão aqui como integralmente reproduzidos e ficam arquivados na pasta anexa a esta ata.

Presidente da CM esclareceu que este documento resultava da integração que o Município tinha no âmbito da comunidade.

A AM tomou conhecimento dos documentos Previsionais para o ano de 2017 da Comunidade Intermunicipal do Tâmega e Sousa e da Associação de Municípios do Vale do Sousa.

16. SERVIÇO PÚBLICO DE TRANSPORTES DE PASSAGEIROS – MINUTA DE CONTRATO INTERADMINISTRATIVO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NA CIM TÂMEGA E SOUSA. APRECIÇÃO.

Presente, a minuta do contrato interadministrativo de delegação de competências na CIM do Tâmega e Sousa, que se dá aqui como integralmente reproduzido e fica arquivado na pasta anexa a esta ata.

Presidente da CM esclareceu que isto era uma matéria que as comunidades intermunicipais estavam a desenvolver naquilo que era o transporte público e a definição de carreiras públicas, as rotas, de serem trabalhadas numa escala intermunicipal. Julgava que isto tinha a ver com a otimização e a racionalidade da própria rede, obtinham-se ganhos e melhores respostas para as populações. Esta competência era da responsabilidade dos municípios e estavam a transferi-la para a comunidade intermunicipal. Isto não invalidava que a decisão final tivesse que vir à CM que tinha sempre a última palavra neste processo.

Colocado à AM deliberou por maioria com 8 abstenções (PSD) e 16 votos a favor dos restantes membros, aprovar a minuta do contrato interadministrativo de delegação de competências na CIM do Tâmega e Sousa.

17. DESIGNAÇÃO DE QUATRO REPRESENTANTES PARA A CPCJ DE CASTELO DE PAIVA PARA O MANDATO DE 2017-2020.

Presente o ofício da CPCJ a solicitar a designação de quatro representantes para a CPCJ de Castelo de Paiva para o mandato de 2017-2020.

Presidente da AM perguntou aos Grupos Municipais quais eram os membros que indicavam.

Gouveia Coelho referiu que, só para recordar que este tema já tinha vindo à AM, e que manter os que estavam era incompatível com a lei que punha limites à



MUNICÍPIO DE CASTELO DE PAIVA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

permanência dos membros da CPCJ. Seria arriscado indicar pessoas que não estavam presentes se ninguém tinha falado com elas.

José Duarte Rocha referiu que o Grupo Municipal do PSD indicava para a CPCJ os Membros Alcina Correia e Tiago Rocha.

Presidente da AM interrompeu a sessão por 5 minutos.

Presidente da AM reiniciou a sessão

Rocha Pereira referiu que o Grupo Municipal do PS indicava para a CPCJ os Membros Deolinda Sousa e Fátima Strecht.

A AM deliberou por unanimidade designar os seguintes representantes para a CPCJ de Castelo de Paiva para o mandato de 2017 -2020. Grupo Municipal do PS: Maria Deolinda Martins Sousa e Fátima Strecht; Grupo Municipal do PSD: Alcina Correia e Tiago José Moreira da Rocha.

18. ALTERAÇÃO AO REGULAMENTO DE CONCESSÃO DE REGALIAS SOCIAIS AOS BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DO CONCELHO DE CASTELO DE PAIVA.

Presente uma informação dos serviços, que se dá aqui como integralmente reproduzida e fica arquivada na pasta anexa a esta ata.

Presidente da CM esclareceu que se pretendia fazer uma alteração que foi efetuada no reforço do número de bolsas de estudo atribuídas aos Bombeiros Voluntários e que havia necessidade de atualizar o Regulamento com o número de Bolsas que passou a ser atribuída.

Colocado à votação a AM deliberou por unanimidade, aprovar a alteração ao Regulamento de Concessão de Regalias Sociais aos Bombeiros Voluntários de Castelo de Paiva.

19. INTERVENÇÃO DO PÚBLICO.

Não houve intervenções.

A sessão foi encerrada às 17.20h, tendo-se aprovado por unanimidade a minuta desta ata, nos termos do n.º 3 do artigo 57.º da Lei n.º 75/13, de 12 de Setembro.

Aprovada na sessão de ____ / ____ / ____ por ____

Com ____ votos a favor, ____ abstenções e ____ votos contra

